Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



Vivemos com o que recebemos, mas marcamos a vida com o que damos.
Winston Churchill

Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Comper compra unidades do Carrefour e expande em Brasília

O Grupo Pereira ampliará presença dos Supermercados Comper no DF com a conversão de cinco unidades adquiridas do Carrefour Bairro. O Conselho Administrativo de Direito Econômico (Cade) aprovou a compra, em outubro, de 20 lojas no total, sendo 15 em São Paulo e cinco em Brasília, em uma operação que chegou a R$ 360 milhões. A substituição da identidade visual, reformas e a implementação de melhorias nas unidades serão realizadas gradualmente, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2027. As lojas da Asa Sul (nas quadras 310/311 e 402/403) foram reabertas com a marca Comper há poucos dias. As da Asa Norte (nas quadras 504/505 e 512/513) e a da QI 25 no Lago Sul encerraram atividades como Carrefour Bairro no dia 11, e reabriram como Comper. Foram investidos R$ 10 milhões na reforma das lojas no DF.

Foco no Plano Piloto

O Comper está presente em Brasília há mais de 30 anos e com a aquisição amplia sua presença no Plano Piloto, região estratégica para a bandeira. As novas lojas somarão 600 novos colaboradores e o Grupo Pereira passará de 2 mil colaboradores no Distrito Federal. A marca chega a nove unidades no DF.

Varejo alimentar, farmacêutica e atacado

O Grupo Pereira é de Santa Catarina e tem 199 unidades de negócio no país, incluindo 45 lojas da rede de supermercados Comper, 78 lojas do Fort Atacadista (atacarejo), 25 unidades do restaurante Trudy's e uma steakhouse, três filiais do Atacado Bate Forte (atacadista de distribuição), 30 lojas SempreFort (varejo farmacêutico), um Broker (distribuidor oficial da Nestlé), cinco agências de viagens, três postos de combustível e um centro de distribuição.

@pauloguimaraes



Aquisição estratégica de pontos de venda consolidados

"Estamos em Brasília há mais de 30 anos e o Distrito Federal sempre foi uma praça central e muito estratégica para o Grupo Pereira, não só pelo varejo alimentar, mas pela sinergia com todo o nosso ecossistema de logística, serviços financeiros e outras frentes de negocio. O Plano Piloto e o Lago Sul são regiões adensadas, onde abrir novas lojas do zero é complexo, então a aquisição dessas cinco unidades na Asa Sul, na Asa Norte e no Lago Sul é uma oportunidade estratégica para ampliarmos nossa capilaridade e fortalecimento de marca", comenta o diretor do grupo, Lucas Pereira.

Mariana Campos/CB/D.A Press



Prêmio Mérito Varejista

Personalidades do DF receberão, amanhã, o Mérito Varejista por relevantes serviços prestados à sociedade e ao comércio no DF. A solenidade será a partir das 20h, no Dúnia Hall, na QI 15 do Lago Sul.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista (Sindivarejista-DF), Sebastião Abritta, conta que anualmente a entidade presta homenagem a diferentes profissionais que se destacam em suas áreas de atuação, contribuindo para o desenvolvimento da capital federal.

Homenageados

Entre os condecorados, a diretora de Redação do **Correio**, Ana Dubeux; os empresários Moisés de Oliveira França (Bicalho Balanças); Ana Paula da Silva Torres (Armarinho Torres); Bruna Vasconi (Peça Rara Brechó), Jadson Silva Negreiros (Alcateia); Eugênio Mariano da Silva (Luana Decorações); Paulo Renato da Costa Palhares (First Class); Francisco Sávio de Oliveira (Só Utilidades); e Lazaro Marques Neto, ex-presidente Sindivarejista e empresário.

Ed Alves/CB/D.A Press



CNI vai ao STF contra decreto e portaria do governo sobre escala 5x2

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) pediu liminar para suspender atos que, segundo a entidade, "extrapolam o poder regulamentar do Executivo, invadem competência do Congresso Nacional e violam princípios da legalidade e da separação dos Poderes". A entidade protocolou, ontem, ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Decreto nº 13.173/2026 e a Portaria MTE nº 2.041/2026, editados pelo governo federal para regulamentar a redução da jornada de trabalho e a escala 5x2. A instituição pede a declaração de inconstitucionalidade integral dos dois atos, que estabelecem regras relacionadas à duração do trabalho e aos períodos de descanso.

Cálculo do salário-hora e norma coletivas

Na ação direta de inconstitucionalidade, a CNI argumenta que o governo federal extrapolou seus limites de poder ao instituir regras que deveriam ser definidas por meio de lei aprovada pelo Congresso Nacional. Os atos tratam dos turnos ininterruptos de revezamento, da compensação de horas, do cálculo do salário-hora, de horas extras, da remuneração do repouso semanal, da aplicação de normas coletivas, entre outras definições.

Sem autorização constitucional

Para a CNI, o decreto e a portaria criam obrigações e critérios de aplicação geral para as empresas e avançam sobre matérias restritas à legislação federal. A ação também menciona que a Constituição não autoriza a edição de decretos autônomos como instrumento geral de regulação das relações econômicas e sociais.

»Entrevista | **JOAQUIM BEZERRA** | PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)

Imposto deve ter retorno

Gestor defende maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, comenta os desafios da reforma tributária e do combate à lavagem de dinheiro, e anuncia, em primeira mão, a criação de um Observatório Social do Gasto Público

» LUIZ FELLIPE ALVES

Pedro Paulo Cardoso/CB/D.A Press



Confira a entrevista na íntegra

O **Correio** *Entrevista recebeu, ontem, o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CCF), Joaquim Bezerra. Às jornalistas Mariana Niederauer e Sibele Negromonte, ele falou sobre a atuação do órgão frente à aprovação do ajuste fiscal e da reforma tributária. Também reforçou a necessidade da gestão pública eficiente para que a população tenha confiança nos impostos pagos.*

Qual é a sua avaliação para o ajuste fiscal que foi aprovado?

No começo de toda gestão há sempre uma expectativa para o ajuste do orçamento. Qualquer que fosse o presidente eleito, ele teria que enfrentar um ajuste fiscal. Tivemos medidas na fase pré-eleitoral que impactaram diretamente no orçamento futuro. Não há outra forma para manter o equilíbrio fiscal, se não promover todo esse debate. Logo após o resultado das eleições, o Conselho emitiu uma carta aberta juntamente com a associação dos membros dos 33 Tribunais de Contas aos governadores e ao presidente da República afirmando que, para nós, era muito mais importante a qualidade do gasto do que arrecadar mais ou gastar menos. O que o cidadão quer é que a política pública aconteça e chegue na ponta. Ninguém reclama de pagar muito imposto se os direitos garantidos pela constituição funcionam.

Sobre a qualidade do gasto. Tem algo que o FCF está fazendo?

Vou falar em primeira mão para o **Correio**. Em janeiro, vamos lançar um Observatório Social do Gasto Público. Vamos ter informações constantes de como as emendas estão sendo aplicadas, como que o recurso que é repassado da União para os estados está sendo aplicado. O Brasil é um dos únicos países do mundo que consegue ter as informações da contabilidade pública consolidada. Muitas vezes, a União transfere o recurso para algum estado e, por uma razão burocrática, essa verba fica parada e demora para fazer alguma licitação. Quando ocorre essa licitação, aquele dinheiro destinado não é suficiente, porque veio a inflação, por exemplo. No TCU, temos 10 mil obras paradas.

Como vai ser a atuação do Conselho durante a sua gestão?

Nós vamos acompanhar de perto e vamos cobrar o TCU. Queremos fazer esse cruzamento (de dados) e entregar essas informações. Existem instrumentos de planejamento no ordenamento municipal. A nossa ideia é analisar a destinação do recurso e ver como ele vai ser aplicado e se é compatível com os projetos e as atividades contempladas no planejamento orçamentário. E essas queremos cobrar as metas que são estabelecidas. Qual é a meta da educação básica? Qual é a meta de atendimento da saúde? É reduzir a fila para cirurgias eletivas? Tudo isso é qualidade do gasto.

O Conselho também tem um importante papel na luta contra o crime organizado. Como funciona?

Uma das vertentes do crime organizado é a lavagem de dinheiro. Se tem um profissional e uma ciência que sabe onde está o caminho do dinheiro é a contabilidade. Nós não temos o poder de polícia, mas temos a possibilidade de emprestar a uma rede composta pelo Coaf, Polícia Federal, Receita Federal, Procuradoria Geral da República e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública a nossa técnica para ajudar e rastrear o dinheiro. Fizemos uma parceria em abril e criamos um grupo tático para acompanhar as operações, naquilo que nos compete. Se a lavagem de dinheiro passa por uma empresa, eu preciso ficar atento ao exercício da profissão. Duas operações em que atuamos foi a da Lojas Americanas e a do Banco Master.

Para a próxima etapa da reforma tributária, o que é mais urgente?

Há uma inquietude muito grande do mercado, das empresas e dos profissionais de contabilidade sobre o que será feito a partir de 1° de janeiro. Nós (CFC) acompanhamos a reforma desde a discussão no Congresso, desde as PECs. Sempre estivemos participando das audiências públicas, depois entregamos aos órgãos responsáveis, 137 sugestões de melhoria para os prazos. Quando vimos que esses prazos não seriam cumpridos, começamos a pressionar a Receita para flexibilizar a data limite para as empresas. Entretanto, chegou a um determinado ponto que o governo e o parlamento decidiram que a reforma não será adiada, mesmo diante a inúmeras manifestações que foram feitas da sociedade civil. Nesse cenário, o Conselho assume a responsabilidade para capacitar e preparar os 550 mil profissionais de contabilidade para que eles estejam prontos para esse novo desafio.

Qual tem sido o papel da tecnologia para ajudar nesse trabalho de organizar todas as informações sobre impostos e cálculos?

Para mim, está bastante claro. A reforma tributária não aconteceu em outro ano porque não existia inteligência artificial. É um assunto muito complexo que se tornou simples. Um dos pressupostos de utilizar a IA é simplificar e aprimorar o processo, e isso vai acontecer. Depois que a reforma acontecer, já não vai ser mais uma preocupação nossa saber de onde está vindo a informação. Nossa preocupação vai ser como nós vamos acompanhar o gasto e a aplicabilidade do recurso.